

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA AS BOAS PRÁTICAS DE TRANSPARÊNCIA APLICÁVEIS A ENTIDADE DE SAÚDE.

- 1) Lei Federal nº: 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (Federal), regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências; Acesso por meio do link:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,216%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e%20sobre,216%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal)
- 2) Decreto Federal nº 7.724/2012 (Norma regulamentadora LAI federal), regulamenta a Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso III, do §3º, do art. 37 e no §2º, do art. 216, da Constituição; Acesso por meio do link:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.724%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202012&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.527,216%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.724%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202012&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.527,216%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o)
- 3) Lei Estadual nº 14.804/2012 - Lei de Acesso à Informação (Estadual), Regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências; Acesso por meio do link:<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=14804&complemento=0&ano=2012&tipo=&url=#:~:text=Regula%20o%20acesso%20a%20informa%C3%A7%C3%B5es,Estadual%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.&text=Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico>
- 4) Decreto nº 38.787/2012 (Norma regulamentadora LAI estadual), regulamenta a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que dispõe sobre o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências; Acesso por meio do link:[https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/legislacao/decretos/2012/Dec38787\\_2012.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2038.787%2C%20DE%2030,Estadual%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.](https://www.sefaz.pe.gov.br/Legislacao/Tributaria/Documents/legislacao/decretos/2012/Dec38787_2012.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2038.787%2C%20DE%2030,Estadual%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.)
- 5) Lei Estadual nº 15.210/2013 - Lei das Organizações Sociais de Saúde (Estadual), dispõe sobre as Organizações Sociais de Saúde - OSS, no âmbito do Estado de Pernambuco; Acesso por meio do link:<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=15210&complemento=0&ano=2013&tipo=&url=#:~:text=Art.,regida%20exclusivamente%20por%20esta%20>
- 6) Lei Ordinária Municipal nº 17875/2013, Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Município do Recife; Acesso por meio do link:<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2013/1788/17875/lei-ordinarian-17875-2013-dispoe-sobre-a-qualificacao-de-entidades-como-organizacoes-sociaisno-ambito-do-municipio-do-recife-e-da-outrasprovidencias?q=%20Organiza%E7%F5es%20Sociais%20de%20Sa%FAde>

7) Decreto Municipal nº 27.277, de 16 de agosto de 2013, regulamenta a Lei nº 17.785, de 10 de junho de 2013, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais no âmbito do Município do Recife. Acesso por meio do link:

<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2013/2727/27277/decreto-n-27277-2013-regulamenta-a-lei-n-17875-de-10-de-junho-de-2013-que-dispoe-sobre-aqualificacao-de-entidades-como-organizacoes-sociais-no-ambito-do-municipio-dorecife#:~:text=REGULAMENTA%20A%20LEI%20N%C2%BA%2017.875,%C3%82MBITO%20DO%20MUNIC%C3%8DPIO%20DO%20RECIFE.>

8) Lei Estadual nº 16.722/2019 - dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação do programa de integridade por pessoas jurídicas de direito privado que contratarem com o Estado de Pernambuco; Acesso por meio do link:

<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=48312&tipo=>

9) Resolução TCE PE nº 154/2021, dispõe sobre a prestação de contas e a transparência dos recursos públicos geridos pelas Organizações Sociais de Saúde - OSS, altera a Resolução TC nº 117, de 16 de dezembro de 2020 e revoga a Resolução TC nº 58, de 21 de agosto de 2019;

Acesso por meio do link: <https://atosoficiais.com.br/tcepe/resolucao-n-154-2021-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20dispoe-sobre-a-prestacao-decontas-e-a-transparencia-dos-recursos-publicos-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20geridos-pelas-organizacoes-sociaisde-saude-oss-altera-a-resolucao-tc-no-117-de-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%202016-de-dezembro-de-2020-e-revogaa-resolucao-tc-no-58-de-21-de-agosto-de-%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%202019?origin=instituicao>